

POBREZA E RIQUEZA RELATIVA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2010

Marivia de Aguiar Nunes¹
Izete Pengo Bagolin²

RESUMO

Considerando a diversidade de realidades econômicas e culturais existente na economia brasileira, e os desafios que esta diversidade impõe ao entendimento da pobreza, o objetivo deste artigo é investigar, a partir do conceito de pobreza relativa, (i) o perfil socioeconômico e as condições de bem-estar das pessoas relativamente pobres dos municípios relativamente ricos e das pessoas relativamente ricas dos municípios relativamente pobres do País; e (ii) os fatores individuais e sociais associados à condição de vida das famílias relativamente ricas e das famílias relativamente pobres do Brasil. Para atingir tais objetivos, utilizou-se variáveis do Censo 2010, as quais, depois de devidamente manipuladas no software estatístico Stata12®, foram empregadas para calcular uma regressão logística. Os resultados da pesquisa revelaram que, assim como a pobreza absoluta, a pobreza relativa está ligada à privação de bem-estar.

Palavras-chave: pobreza; pobreza relativa; regressão logística.

ABSTRACT

Considering the diversity of economic and cultural realities in Brazil, the aim of this paper is to investigate, through the concept of relative poverty, (i) the socioeconomic profile and the welfare conditions of relatively poor people in relatively poor municipalities and relatively rich people in relatively poor municipalities of the country; and (ii) individual and social factors associated with living conditions of the relatively wealthy households and relatively poor families in Brazil. To achieve these goals, we used 2010 Census variables, which, once properly handled in Stata12® statistical software, were used to calculate a logistic regression. The results revealed that as well as absolute poverty, relative poverty is associated to deprivation.

Palavras-chave: poverty; relative poverty; logistic regression.

Classificação JEL: I32; C01.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da PCURS.

² Doutora e professora do Programa de Pós-graduação em Economia da PCURS.

1 INTRODUÇÃO

Numa nação com as dimensões geográficas do Brasil, que ocupa, mundialmente, a quinta posição sob o critério extensão territorial, com 8,5 milhões de km² de área total e 5.570 municípios³, resulta em grande diversidade não apenas de culturas, mas também de percepções acerca dos mais diversos temas, a exemplo da pobreza e da desigualdade. Frente a isso, surge um impasse, no sentido de que a utilização de um único conceito para mensurar a pobreza no País é tarefa bastante complexa, na medida em que as diferentes realidades existentes torna este fenômeno bastante diverso. Isso porque é necessário considerar o fato de que a pobreza e a riqueza vistas de uma perspectiva relativa podem, no caso brasileiro, ser muito próximas, dado que a renda per capita mediana do País, quando comparada à de nações que utilizam o critério relativo de pobreza⁴, é muito baixa.

Diante dessas circunstâncias, pode-se supor que, para os brasileiros que vivem em locais pobres e que não conseguem atingir o mínimo necessário para sobrevivência, as medidas absolutas ainda não podem ser abandonadas, uma vez que o grau de privação destas pessoas ainda é bastante elevado. Já para os indivíduos que vivem em locais mais desenvolvidos, as medidas relativas já poderiam começar a ser empregadas, o que representa uma evolução (ainda que modesta) no País, e segue a tendência mundial identificada por Chen e Ravallion (2013), qual seja, de que a incidência da pobreza absoluta e da pobreza relativa nos países em desenvolvimento vem caindo desde a década de 1990, porém de maneira mais lenta no caso da medida relativa.

Considerando essa diversidade de realidades econômicas e culturais existente na economia brasileira, o objetivo deste artigo é investigar, utilizando o conceito de pobreza relativa, (i) o perfil socioeconômico e as condições de bem-estar das pessoas relativamente pobres dos municípios relativamente pobres e das pessoas relativamente ricas dos municípios relativamente pobres do País; e (ii) os fatores individuais e sociais associados à condição de vida das famílias relativamente ricas e das famílias relativamente pobres do Brasil.

Para atingir tais objetivos, foram utilizadas variáveis do Censo 2010, pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quais, depois de devidamente manipuladas no software estatístico Stata12®, foram empregadas para calcular uma regressão logística, modelo que estima a probabilidade de ocorrência de um dos valores

³ Informações coletadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos>>. Acesso em 12 de abril de 2015.

⁴ Como exemplo, pode-se citar os países da Europa.

assumidos pela variável dependente, que é binária, permitindo que se identifique a importância de cada uma das variáveis pesquisadas para a explicação da pobreza relativa.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução e a conclusão. Na segunda seção, é apresentada uma breve revisão da literatura, através da exposição dos conceitos de pobreza e pobreza relativa, além de uma breve discussão a respeito das causas da pobreza. Já a terceira seção trata do método da pesquisa e da apresentação dos dados, através da exposição das características da regressão logística, da descrição das variáveis escolhidas para a estimação e da metodologia de elaboração do banco de dados. Por fim, a quarta seção trata da análise dos resultados propriamente ditos.

2 BREVE REVISÃO DA LITERATURA

O conceito de pobreza está ligado à privação de bem-estar, que, na literatura convencional, está relacionada a uma limitação do consumo de bens – logo, esta definição caracteriza a pobreza em termos monetários. A partir disso, tem-se que indivíduos pobres são aqueles que não dispõem de capacidade de renda ou consumo suficiente para viver acima das condições mínimas de subsistência (WORLD BANK INSTITUTE, 2005). Entretanto, a pobreza apresenta fundamentos conceituais que vão além da definição apresentada acima, o que remete principalmente às noções de pobreza absoluta e relativa; e pobreza crônica e transiente (BAGOLIN *et alli*, 2012).

Com efeito, as discussões ligadas aos conceitos de pobreza absoluta e relativa se iniciaram com Townsend (1962), o qual introduziu a ideia de que tanto pobreza quanto subsistência são conceitos relativos, na medida em que *“podem ser definidos somente em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades”*. Assim, a pobreza absoluta estaria associada às questões de sobrevivência física e, portanto, ao não atendimento de necessidades ligadas ao mínimo vital, o que remete ao estabelecimento das linhas de pobreza absolutas. Já o conceito de pobreza relativa estabelece necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida preponderante na sociedade em questão, o que implica na delimitação de um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” ou no estabelecimento de linhas de pobreza relativas (ROCHA, 2005).

Já a diferenciação entre pobreza crônica e transiente (que são usualmente definidas em uma dimensão monetária) está ligada ao tamanho do período no qual um indivíduo sofre privações em suas capacitações, de modo que a literatura define a pobreza crônica como a

manifestação de privações relevantes durante um período ininterrupto de, pelo menos, cinco anos. A despeito disso, a questão da pobreza crônica envolve aspectos bastante complexos, na medida em que pode estar associada a fatores temporais e intergeracionais, uma vez que quanto maior for o período no qual um indivíduo permanece em estado de pobreza, maior a probabilidade de permanecer pobre durante toda a sua vida, com chances de transmitir esta condição às próximas gerações (HULME & SHEPERD, 2003; MCKAY & LAWSON, 2003).

“Que a pobreza é um fenômeno complexo e diverso já não existe mais dúvida na literatura” (BAGOLIN *et alli*, 2012, p. 168). Logo, assumindo que há diversas formas de mensurar e pensar a pobreza, pode-se partir para um próximo passo: o exame das várias causas para este fenômeno, tarefa indispensável se a intenção é desenvolver uma estratégia eficaz para o combate à pobreza (WORLD BANK INSTITUTE, 2005).

Em primeiro lugar, há que se ressaltar as dificuldades de separação da causalidade e da correlação deste fenômeno. Parece consensual que indivíduos pobres tendam a apresentar baixos níveis de educação; entretanto, há dúvidas quanto à causalidade desta relação: estes indivíduos são pobres por que têm pouca instrução, ou têm pouca instrução por que são pobres? Esta reflexão leva à conclusão de que apenas a associação estatística não é suficiente, de modo que são necessárias informações adicionais a fim de que se estabeleça uma relação de causalidade entre as variáveis pesquisadas (WORLD BANK INSTITUTE, 2005).

Em segundo lugar, há uma tendência de identificação das razões “imediatas” da pobreza, isto é, aquelas que são possíveis de serem observadas instantaneamente, as quais não são, necessariamente, as “verdadeiras” causas da pobreza. Por exemplo, supondo que seja possível demonstrar que baixos níveis educacionais aumentam o risco de pobreza, surge o questionamento: por que alguns indivíduos apresentam baixos níveis educacionais? Não havia escola próxima do local de suas moradias? A qualidade da educação a que tinham acesso era precária? Os pais não ofereceram o devido suporte ou, ainda, foram contrários ou hostis à educação dos filhos (WORLD BANK INSTITUTE, 2005)?

Ainda com relação às raízes da pobreza, parece ser unânime na literatura que suas causas não são as mesmas em todo o mundo, de modo que uma análise regional - seja ela no âmbito do país, do estado ou do município - é essencial para o entendimento deste fenômeno. Nesse contexto, pode-se dizer que são inúmeras as características regionais que podem estar associadas ou que contribuem para a pobreza, a exemplo (i) do isolamento geográfico; (ii) da escassez de recursos; (iii) do baixo nível de chuvas; (iv) de condições climáticas inóspitas; (v) de serviços públicos inadequados; (vi) de um sistema de comunicações fraco; e (vii) da estabilidade política e econômica (WORLD BANK INSTITUTE, 2005).

Assim como ocorre com as características regionais, uma série de aspectos em nível da comunidade podem estar associadas à pobreza, com destaque para a infraestrutura. Nessa linha, diversos indicadores de desenvolvimento da infraestrutura têm sido frequentemente utilizados em exercícios econométricos realizados em pesquisas na área de pobreza, e incluem: (i) proximidade com estradas pavimentadas; (ii) acesso ao sistema de eletricidade; (iii) proximidade de grandes mercados; (iv) disponibilidade de escolas e clínicas médicas na área; (v) distância dos centros administrativos locais; (vi) acesso ao emprego; (vii) mobilidade social; e (viii) distribuição de terras. Além destas variáveis, há os grupos sociais, que desempenham importante papel na proteção das necessidades básicas dos pobres (WORLD BANK INSTITUTE, 2005).

No caso do Brasil, em razão da grande extensão territorial, da diversidade climática e da existência de 27 unidades da Federação, muitas das características regionais e aspectos em nível da comunidade acima citados estão presentes. Nesse sentido, algumas pesquisas se ocuparam do estudo pobreza relativa no Brasil (BOURGUIGNON *et alli*, 2007; FERREIRA & RAVALLION, 2008; HOFFMANN & NEY, 2006⁵).

Nessas circunstâncias, considerando que a exposição acima tratou de discussões que, apesar de conceituais, são essenciais de serem realizadas antes do início de uma análise empírica, a próxima seção tratará da exposição da metodologia da pesquisa, através de uma breve descrição do modelo utilizado e das variáveis escolhidas.

3 METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A fim de definir um primeiro recorte na amostra utilizada neste estudo, foi empregada a base de dados do IDH 2010, que dispõe, entre outras variáveis, da renda per capita de todos os municípios brasileiros. Calculou-se, então, a renda per capita mediana dos municípios brasileiros em 2010 (R\$ 467,74). Este valor foi utilizado como base para a aplicação do critério escolhido para definir os municípios relativamente ricos e os municípios relativamente pobres do País.

Para a definição dos municípios relativamente pobres, utilizou-se o critério internacional de linha de pobreza relativa elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), qual seja, de 50% da renda per capita mediana – assim, os municípios relativamente pobres seriam aqueles com renda per capita inferior a R\$

⁵ Será apresentada uma breve exposição destes estudos na fase posterior de realização da pesquisa.

233,87. A justificativa para a adoção deste critério é que se a mediana estabelece o padrão de consumo de uma sociedade, então uma fração deste padrão pode servir como referência para o que aquela sociedade acredita que está abaixo do padrão de consumo aceitável (SOARES, 2009). Quanto à definição dos municípios relativamente ricos, por sua vez, o critério utilizado foi de 150% da renda per capita mediana, por ser uma espécie de “espelho” do critério oficial, de forma que os municípios relativamente ricos seriam os com renda per capita maior ou igual a R\$ 701,61. Tal critério identificou 1.058 municípios, ao passo que o critério de definição de município relativamente pobre identificou 701 municípios. Todos estes municípios foram utilizados para definir o segundo recorte da pesquisa, no qual, através da utilização dos dados do Censo 2010, foi obtida uma amostra com todas as pessoas residentes nos municípios relativamente pobres e nos municípios relativamente ricos. A partir dessa amostra, a variável chave passa a ser a renda domiciliar per capita⁶, do Censo 2010. Calculou-se, então, a renda per capita mediana das pessoas residentes nos municípios relativamente pobres (R\$ 132,00), e a renda per capita mediana das pessoas residentes nos municípios relativamente ricos (R\$ 556,25), de modo que, a partir desta estatística, foi definida a amostra de interesse para a estimação e a variável dependente (*pobre*).

Posteriormente, foram escolhidas, com base nas recomendações da literatura (De Maria, 2012), as variáveis explicativas a serem utilizadas na pesquisa. Aqui, importa ressaltar que as categorias de algumas dessas variáveis foram agrupadas, com o propósito de facilitar as comparações. O quadro 1 apresenta as referidas variáveis, a agregação utilizada nas variáveis agrupadas e a categoria de referência, a qual será a categoria “base” para fins de comparação com as demais.

Após a definição das variáveis e a agregação das categorias de algumas delas, foi estimado um modelo de regressão logística (logit), cuja utilização se justifica à medida que a variável dependente é qualitativa e possui dois resultados possíveis, isto é, se trata de uma variável dummy ou binária.

O modelo logit é definido por:

$$P_i = E(Y = 1|X_i) = \frac{e^{(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_n X_n)}}{1 + e^{(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_n X_n)}} = \frac{e^z}{1 + e^z}$$

⁶ Foram retiradas da amostra as pessoas com renda domiciliar per capita igual a zero e acima de R\$ 30.000,00 (critério estabelecido com base na observação de trabalhos na área de pobreza).

O modelo logit estima a probabilidade de ocorrência de um dos valores assumidos pela variável dependente, que é binária, permitindo que se identifique a importância de cada uma das variáveis pesquisadas para a explicação da pobreza relativa (FÁVERO *et alli*, 2014). As variáveis explicativas da pesquisa estão descritas no quadro 1.

Quadro 1: Variáveis explicativas utilizadas na pesquisa

Nome da variável	Descrição da variável	Tipo e agregação final
<i>situacao_domicilio</i>	Situação do domicílio 1-urbana 2-rural	Variável explicativa transformada para <i>situacao_domicilio2</i> *categoria base: 2
<i>cor_raca</i>	Cor ou raça 1-branca 2-preta 3-amarela 4-parda 5-indígena 9-ignorado	Variável explicativa transformada para <i>cor_raca2</i> , sendo 1=0 2 a 5=1 *categoria base: 2 a 5=1
<i>nascido_municipio</i>	Nascido município 1-sim e sempre morou 2-sim mas morou em outro município ou país estrangeiro 3-não	Variável explicativa transformada para <i>nascido_municipio2</i> , sendo 1=0 2 a 3=1 *categoria base: 2 a 3=1
<i>nivel_instrucao</i>	Nível de instrução 1- sem instrução e fundamental incompleto 2- fundamental completo e médio incompleto 3- médio completo e superior incompleto 4- superior completo	Variável explicativa características mantidas *categoria base: 1-sem instrução e fundamental incompleto
<i>Esgoto</i>	Esgotamento sanitário 1- rede geral de esgoto ou pluvial 2- fossa séptica 3- fossa rudimentar 4- vala 5- rio, lago ou mar 6- outro Branco	Variável explicativa transformada para <i>esgoto2</i> , sendo 1 e 2=0 3 a 6=1 *categoria base: 3 a 6=1
<i>abastec_agua</i>	Abastecimento de água 1- rede geral de distribuição 2- poço ou nascente na propriedade 3- poço ou nascente fora da propriedade 4- carro-pipa 5- água da chuva armazenada em cisterna 6- água da chuva armazenada de outra forma 7- rios, açudes, lagos e igarapés 8- outra 9- poço ou nascente na aldeia 10- poço ou nascente fora da aldeia Branco	Variável explicativa transformada para <i>abastec_agua2</i> , sendo 1=0 2 a 10=1 *categoria base: 2 a 10=1
<i>existe_energ_elet</i>	Existência de energia elétrica 1- sim, de companhia distribuidora 2- sim, de outras fontes 3- não existe energia elétrica Branco	Variável explicativa transformada para <i>existe_energ_elet2</i> , sendo 1=0 2 a 3=1 *categoria base: 2 a 3=1

Fonte: Elaboração própria.

O modelo ficou definido conforme o esquema abaixo:

$$pobre = \begin{cases} = 1, & \text{se pessoa relativamente pobre residente em município relativamente rico} \\ = 0, & \text{se pessoa relativamente rica residente em município relativamente pobre} \end{cases}$$

Diante disso, depois de apresentados e descritos os dados utilizados e o modelo a ser estimado, a próxima seção tratará da descrição dos resultados da estimação do modelo logit.

4 RESULTADOS

Antes de analisar os resultados do modelo estimado, cabe ressaltar que se optou pela exposição dos resultados em termos de *odds ratio*, com o objetivo de identificar a influência do parâmetro de cada variável explicativa sobre o comportamento da variável dependente em termos da razão de chance de ocorrência de cada um dos eventos analisados.

Através da análise da variável dependente (*pobre*), foi possível observar, a despeito da predominância de municípios relativamente ricos, um número razoavelmente maior de pessoas relativamente pobres residentes em municípios relativamente ricos (72,5%) do que de pessoas relativamente ricas residentes em municípios relativamente pobres. Além disso, através da tabela de classificação do modelo, é possível verificar que o percentual de acerto do modelo, ou sensibilidade, é de 92,7%, ou seja, o modelo consegue classificar corretamente 1.416.880 pessoas relativamente pobres residentes em municípios relativamente ricos de um total de 1.528.904. Quanto à especificidade, que se refere ao total de acertos que o modelo obtém em relação ao “não evento” de interesse, o modelo consegue classificar corretamente 306.397 pessoas relativamente ricas residentes em municípios relativamente pobres de um total de 521.641 (58,7%).

Quanto à estimação do modelo, os resultados em termos de *odds ratio* para a variável *situacao_domicilio2* revelaram que a chance de um indivíduo que reside na zona rural ser relativamente pobre num município relativamente rico é 337% maior do que a de um indivíduo que reside na zona urbana ser relativamente rico num município relativamente pobre, evidenciando que o fato de se viver na zona rural exerce uma elevada influência na probabilidade dos indivíduos serem relativamente pobres. Mesmo vivendo em municípios ricos, as pessoas que vivem em domicílios rurais têm mais chances de serem consideradas pobres relativas do que as pessoas que vivem em municípios pobres. Nesse sentido, os dados da pesquisa apontaram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e moram na zona rural é de 9,93% do total de pobres relativos, ao passo que o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios

relativamente pobres na zona urbana é de 55,11% do total de ricos relativos. Adicionalmente, tem-se que a renda domiciliar per capita mediana das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e moram na zona rural (R\$ 181,00) é 46,8% menor que a das pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e moram na zona urbana (R\$ 340,00).

Na variável *cor_raca2*, a chance de um indivíduo de cor não branca ser relativamente pobre num município relativamente rico é 55% menor do que a de um indivíduo de cor branca ser relativamente rico num município relativamente pobre, o que revela que a cor ou raça é, alguma medida, determinante do grau de privação dos indivíduos. Nessa linha, os dados analisados mostraram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e são não brancos é de 44,48% do total de pobres relativos, enquanto o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e são brancas é de 73,21% do total de ricos relativos. Além disso, a renda domiciliar per capita mediana das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e são não brancas (R\$ 200,00) é 38,7% menor que a das pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e são brancas (R\$ 326,00).

Com relação à variável *nascido_municipio2*, a chance de um indivíduo que não nasceu no município em que reside ser relativamente pobre num município relativamente rico é 38% maior do que a de um indivíduo que nasceu no município onde reside ser relativamente rico num município relativamente pobre, o que evidencia as dificuldades dos indivíduos que deixam sua terra natal em reduzir o nível de suas privações. Com efeito, os dados da pesquisa revelaram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e que não nasceram no município em que residem é de 63,14% do total de pobres relativos, ao passo que o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e que nasceram no município em que residem é de 29,99% do total de ricos relativos. Adicionalmente, tem-se que a renda domiciliar per capita mediana das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não nasceram no município em que residem (R\$ 185,71) é 46,6% menor que a das pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e nasceram no município em que residem (R\$ 348,00).

Na variável *nivel_instrucao*, a chance de um indivíduo sem instrução ou com ensino fundamental incompleto ser relativamente pobre num município relativamente rico é apenas 3% menor do que a de um indivíduo com ensino fundamental completo e médio incompleto

ser relativamente rico num município relativamente pobre, sinalizado que a diferença, em termos de privação do bem-estar, entre indivíduos que possuem ensino fundamental completo e médio incompleto e os indivíduos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto é muito pequena. Já a chance de um indivíduo sem instrução ou com ensino fundamental incompleto ser relativamente pobre num município relativamente rico é 55% menor do que a de um indivíduo com ensino médio completo e superior incompleto ser relativamente rico num município relativamente pobre, sinalizando que o fato de um indivíduo ter concluído o ensino médio e, alguns casos, ter cursado (ainda que não tenha concluído) ou estar cursando o ensino superior, exerce influência relevante sobre o grau de privação. Por outro lado, a chance de um indivíduo sem instrução ou com ensino fundamental incompleto ser relativamente pobre num município relativamente rico é somente 7% menor do que a de um indivíduo com ensino superior completo ser relativamente rico num município relativamente pobre – talvez, a justificativa para esta pequena diferença está no fato de que os indivíduos com ensino superior completo optam por não morar em municípios relativamente pobres.

Os dados analisados corroboram com esta hipótese, na medida em que mostraram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e que não possuem instrução ou têm ensino fundamental incompleto (cuja renda domiciliar per capita mediana é de R\$ 184,67) é de 73,46% do total de pobres relativos, enquanto o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e (i) possuem ensino fundamental completo ou médio incompleto (cuja renda domiciliar per capita mediana é de R\$ 318,75 e, portanto, 72,6% maior que a das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e que não possuem instrução ou têm ensino fundamental incompleto) é de 11,56% do total de ricos relativos; (ii) possuem ensino médio completo ou superior incompleto (cuja renda domiciliar per capita mediana é de R\$ 364,00 e, portanto, 97,1% maior que a das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e que não possuem instrução ou têm ensino fundamental incompleto) é de 14,44% do total de ricos relativos; e (iii) possuem ensino superior completo (cuja renda domiciliar per capita mediana é de R\$ 581,90 e, portanto, 215,1% maior, ou 2,15 maior, que a das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e que não possuem instrução ou têm ensino fundamental incompleto) é de 3,54% do total de ricos relativos.

No caso da variável *esgoto2*, a chance de um indivíduo que não possui acesso à rede de esgoto ser relativamente pobre num município relativamente rico é 83% menor do que a de um indivíduo que possui acesso à rede de esgoto ser relativamente rico num município

relativamente pobre. Nesse sentido, os dados da pesquisa apontaram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não possuem acesso à rede de esgoto é de 69,22% do total de pobres relativos, ao passo que o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e possuem acesso à rede de esgoto é de 76,77% do total de ricos relativos. Aqui, observa-se que o percentual de acesso à rede de esgoto por parte de indivíduos relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos ainda é muito pequeno, o que deve estar associado ao fato de que estas pessoas provavelmente residem em áreas periféricas destes municípios, nas quais as condições de saneamento básico tendem a ser bastante precárias. Além disso, a renda domiciliar per capita mediana das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não possuem acesso a uma rede de esgoto (R\$ 200,00) é 39,9% menor que a das pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e possuem acesso a uma rede de esgoto (R\$ 333,00).

Nessa mesma linha está o comportamento da variável *abastec_agua2*, na qual a chance de um indivíduo que não possui acesso a uma rede de abastecimento de água ser relativamente pobre num município relativamente rico é 26% maior do que a de um indivíduo que possui acesso a uma rede de abastecimento de água ser relativamente rico num município relativamente pobre, o que chama novamente a atenção para o fato de que o saneamento básico exerce influência sobre o grau de privação. Os dados da pesquisa revelaram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e que não possuem acesso a uma rede de abastecimento de água é de 84,77% do total de pobres relativos, ao passo que o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e que possuem acesso a uma rede de abastecimento de água é de 38,14% do total de ricos relativos. Aqui, da mesma forma que na variável *esgoto2*, o elevado percentual de indivíduos relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não possui acesso a uma rede de abastecimento de água indica que estas pessoas devem residir em áreas periféricas. Já o baixo percentual de indivíduos relativamente ricos que residem em municípios relativamente pobres e possuem acesso a uma rede de abastecimento de água indica que, provavelmente, municípios relativamente pobres apresentam uma estrutura de abastecimento de água deficiente. Adicionalmente, tem-se que a renda domiciliar per capita mediana das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não possuem acesso a uma rede de abastecimento de água (R\$ 194,25) é 37,3% menor que a das pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e possuem acesso a uma rede de abastecimento de água (R\$ 310,00).

As mesmas justificativas para o comportamento da variável *abastec_agua2* podem ser utilizadas para descrever o comportamento da variável *existe_energ_elet2*, na qual a chance de um indivíduo que não possui acesso à energia elétrica ser relativamente pobre num município relativamente rico é 14% menor do que a de um indivíduo que possui acesso à energia elétrica ser relativamente rico num município relativamente pobre. Nessas circunstâncias, os dados analisados mostraram que o percentual de pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não possuem acesso à energia elétrica é de 97,95% do total de pobres relativos, enquanto o percentual de pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e possuem acesso à energia elétrica é de 6,97% do total de ricos relativos. Além disso, a renda domiciliar per capita mediana das pessoas relativamente pobres que residem em municípios relativamente ricos e não possuem acesso à energia elétrica (R\$ 192,33) é 36,9% menor que a das pessoas relativamente ricas que residem em municípios relativamente pobres e possuem acesso à energia elétrica (R\$ 304,86).

Tabela 1: Estimação do modelo

	Odds ratio	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf. Interval]	
Number of obs	2050545					
LR chi 2	520410.24					
Prob > chi2	0.0000					
Pseudo R ²	0.2238					
situacao_domicilio2	4.365726	.0230849	277.90	0.000	4.313798	4.404314
cor_raca2	.4522515	.001818	-196.93	0.000	.4489265	.4560688
nascido_municipio2	1.37596	.0054445	80.69	0.000	1.366221	1.387614
nivel_instrucao						
2	.9692701	.0054238	-5.56	0.000	.9587832	.9800442
3	.4533234	.002485	-144.28	0.000	.4485991	.4583427
4	.926874	.0012719	-173.30	0.000	.0902675	.0952559
esgoto2	.1749345	.00071	-428.62	0.000	.1735776	.1763669
abastec_agua2	1.255303	.006583	43.28	0.000	1.242463	1.268316
existe_energ_elet2	.8590889	.00884	-14.75	0.000	.8417994	.8765106
_cons	4.013389	.0260435	213.88	0.000	3.96433	4.066627

Fonte: Elaboração própria.

5 CONCLUSÃO

Através da realização deste estudo, foi possível concluir que, assim como a pobreza absoluta, a pobreza relativa no Brasil ainda está ligada à privação de bem-estar tanto relativo quanto absoluto.

É possível perceber que, mesmo vivendo em locais relativamente ricos, as pessoas que se encontram em situação de pobreza relativa são predominantemente as (i) que residem em áreas rurais; (ii) que são imigrantes que deixaram seu local de nascimento em busca de melhores condições; ou (iii) que enfrentam privações em termos de acesso à rede de abastecimento de água.

No entanto, ao se comparar a pobreza relativa das pessoas que vivem em municípios relativamente ricos com a riqueza relativa das pessoas que vivem em municípios relativamente pobres, é possível perceber alguns resultados menos intuitivos. Por exemplo, não é tão óbvio perceber que, para os não brancos, a probabilidade de ser pobre relativo num município relativamente rico é menor do que a probabilidade dos brancos serem relativamente ricos em municípios relativamente pobres. Da mesma forma, para os que não possuem instrução ou que têm ensino fundamental incompleto, a probabilidade de ser pobre relativo num município relativamente rico é menor do que a probabilidade dos que possuem níveis maiores de ensino serem relativamente ricos em municípios relativamente pobres. Nessa mesma linha está o acesso às condições básicas de moradia, representado pelo acesso ao esgotamento sanitário e à rede de energia elétrica, de forma que, para os indivíduos que não possuem acesso ao esgotamento sanitário ou à rede de energia elétrica, a probabilidade de ser pobre relativo num município relativamente rico é menor do que a probabilidade de ser relativamente rico em um município relativamente pobre.

REFERÊNCIAS

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P.; COMIM, F. V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia**, v. 38, n. 1 (ano 36), p. 167-188, jan./abr. 2012. Editora UFPR.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENÉNDEZ, M. Inequality of Opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth, Series 53**, Number 4, December 2007.

CHEN, S.; RAVALLION, M. More relatively-poor people in a less absolutely-poor world. **Review of Income and Wealth, Series 59, Number 1**, March 2013.

DE MARIA, P. F. **Determinantes da pobreza no Brasil: estudo com regressões logit**. UNICAMP, novembro de 2012.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos quantitativos com Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FERREIRA, F. H. G.; RAVALLION, M. Global Poverty and Inequality: A Review of the Evidence. Poverty, **Research Working Paper 4623**, The World Bank, Development Research Group, Poverty Team, May 2008.

HOFFMANN, R.; NEY, M. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica, Rio de Janeiro, v. 10**, n. 1, p. 7-39, junho de 2008.

HULME, D.; SHEPERD, A (2003). “Conceptualizing Chronic Poverty”. **World Development, vol. 31 (3)**, p. 403-423.

MCKAY, A.; LAWSON, D. (2003). “Assesing the Extent and Nature of Chronic Poverty in Low Income Countries: Issues and Evidence”. Universe of Nottingham, UK. **World Development vol. 3**, p. 425-439.

O Estado de São Paulo. Caderno Aliás. **Desiguais entre iguais**. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,desiguais-entre-iguais,1563173>>. Acesso em 12 de abril de 2015.

O Estado de São Paulo. Caderno Aliás. **Onde pobre é rico e rico é pobre**. Disponível em <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,onde-pobre-e-rico-e-rico-e-pobre,1563177>>. Acesso em 12 de abril de 2015.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2005, 3ª edição.

SOUZA, S. S. D. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. **Texto para Discussão IPEA n° 1381**, fevereiro de 2009.

TOWNSEND, P. **The Last Refuge**. London: 1962.

WORLD BANK INSTITUTE. **Introduction to poverty analysis**. August, 2005.